

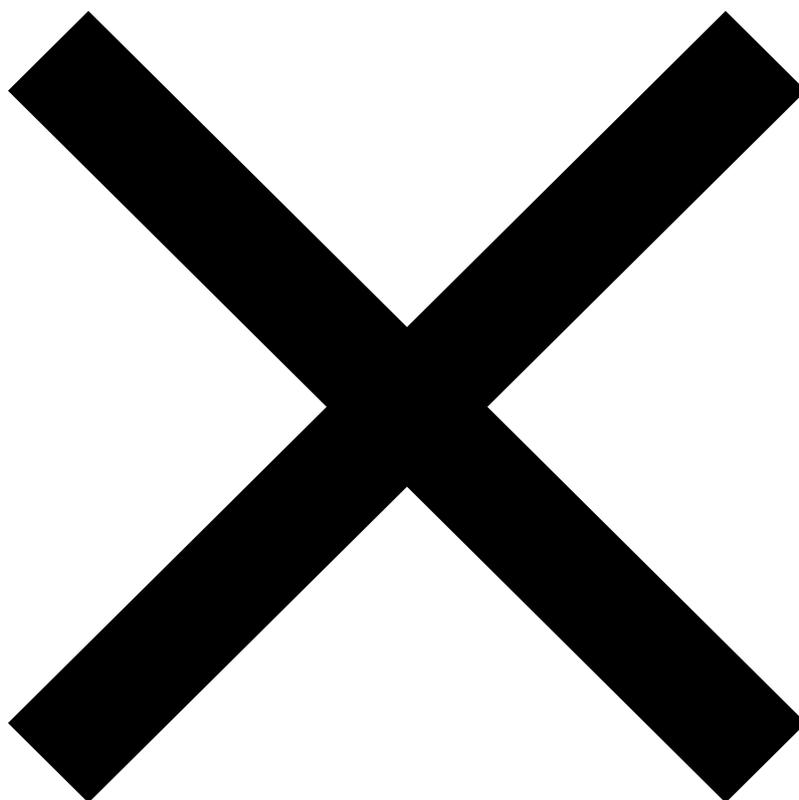
Neste momento a obra está concentrada na instalação de emissários da rede esgoto. Foto: Sandro Barros/PMO

Como a nomenclatura já diz, o saneamento é básico. Com esse mote, a obra de

urbanização da comunidade da Ilha do Maruim, no bairro de Santa Tereza, em Olinda, tem investido cerca de R\$ 2,2 milhões na criação de uma ampla rede para o esgotamento sanitário. O objetivo é eliminar o lançamento irregular dos dejetos nas galerias de águas pluviais, que acabam seguindo em direção ao mar. Além disso, a partir da regularização deste fator, os moradores ganham com um ambiente mais limpo e com menos agentes causadores de doenças, melhorando a qualidade de vida da população.

Cada casa da Ilha do Maruim já conta com um ramal da caixa coletora de dejetos que, por sua vez, é interligada ao emissário, responsável por levar o esgotamento sanitário até uma Estação Elevatória de Esgoto (EEE) e, por fim, bombear os resíduos até uma Estação de Tratamento da Compesa, localizada em Peixinhos. Atualmente, a Secretaria de Obras de Olinda está realizando a implantação de 1,6 km de tubulação para o emissário e a construção da EEE na localidade. A expectativa é que o serviço seja concluído até dezembro deste ano, junto com outras intervenções de urbanização da comunidade.

A obra completa envolve a implantação da rede de saneamento básico, instalação de uma estação elevatória, drenagem, pavimentação e construção de calçadas com acessibilidade. Essa grande ação deve mudar a vida de cerca de 30 mil moradores da comunidade da Ilha do Maruim. As intervenções tiveram início em 2005, mas foram paralisadas diversas vezes.



A criação de uma via que cruzará toda Ilha do Maruim faz parte do projeto de urbanização. Foto: Sandro Barros/PMO

A atual gestão, entretanto, conseguiu destravar trâmites burocráticos e fazer a

obra ser retomada no início do ano. A verba para finalização do conjunto de serviços é de R\$ 2,7 milhões e os recursos são oriundos do Ministério do Turismo, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Caberá ao município a desapropriação de algumas casas que ficam na área contemplada pelo projeto.